

SEGURANÇA ENERGÉTICA NA AMÉRICA LATINA E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS¹

ENERGY SECURITY IN LATIN AMERICA AND INTERNATIONALISATION OF BRAZILIAN COMPANIES

Henry Iure Paiva Silva²

Universidade Federal da Paraíba
Departamento de Relações Internacionais
Curso de Relações Internacionais
João Pessoa - Paraíba- Brasil

Resumo: Ao longo da história, a preocupação com a segurança energética no Brasil fez com que algumas empresas nacionais adquirissem grande eficiência produtiva e inovação tecnológica, organizacional e corporativa, as quais resultaram em elevada competitividade da cadeia produtiva energética brasileira em escala internacional. O objetivo do presente artigo é analisar a ocorrência de oportunidades de negócios internacionais para as empresas brasileiras, a partir de empreendimentos energéticos implementados por países da América do Sul e do Caribe (América Latina). Além disso, verificar se o governo brasileiro, durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2014), incentivou empresas nacionais a expandirem seus negócios no exterior em empreendimentos na área de energia, seja por meio de políticas doméstica ou externa.

Palavras-chave: Segurança Energética. América Latina. Internacionalização de Empresas. Brasil.

Summary: Throughout the history, many concerns about energy security in Brazil have caused some domestic companies to acquire large production efficiency and technological, organisational and corporate innovation, which resulted in high competitiveness of Brazil's energy supply chain on an international scale. The aim of this paper is to analyse the occurrence of international business opportunities for Brazilian companies, from energy projects implemented by countries in South America and in the Caribbean region (Latin America). Also, to check if the Brazilian government, under President Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff (2003-2014), has encouraged domestic companies to expand their business abroad on developments in the energy sector, either by domestic or external policies.

Keywords: Energy Security. Latin America. Internationalisation of companies. Brazil.

Recebido: 14/02/2016

Aprovado: 29/06/2016

Introdução

Este artigo apresenta uma análise que incide sobre aspectos econômicos da segurança energética. A denominada “dimensão econômica da segurança energética” se encontra em um contexto temático e analítico em que a premente necessidade de se garantir energia para o progresso de um país e seu povo (segurança energética) é concebida como fator de geração de oportunidades de negócios, emprego e renda (dimensão econômica). Como se pode perceber, a segurança energética deixa de ser uma matéria relacionada à lógica da guerra e a assuntos eminentemente militares para se

¹ Este artigo apresenta resultados parciais da tese de doutorado do autor.

² iurepaiva@hotmail.com

aproximar de questões que se referem a relações econômicas decorrentes de investimentos em empreendimentos no setor de energia (PAIVA, 2015, p. 13-85).

A dimensão econômica da segurança energética a ser analisada nas próximas páginas se refere, em específico, à existência de oportunidades de negócios internacionais para as empresas brasileiras, a partir de empreendimentos energéticos implementados por países da América do Sul e do Caribe (América Latina), visando suprir suas demandas no referido setor. A temática emerge como questão relevante a ser analisada, na medida em que se verifica que, ao longo da história, a preocupação com a segurança energética no Brasil fez com que algumas empresas nacionais adquirissem grande eficiência produtiva e inovação tecnológica, organizacional e corporativa, as quais resultaram em elevada competitividade da cadeia produtiva energética brasileira em escala internacional. Além disso, verifica-se que o governo brasileiro tem incentivado empresas nacionais a expandirem seus negócios no exterior em empreendimentos na área de energia, especialmente na América Latina, com destaque para aqueles relacionados à infraestrutura energética de petróleo, gás, petroquímica e energia renovável.

Diante desse cenário, o objetivo primordial do artigo é examinar, sobretudo, em que medida e de que forma as potencialidades no mercado internacional de energia (1) são efetivamente aproveitadas pelas empresas brasileiras e (2) incentivadas pelo governo brasileiro por meio de suas políticas doméstica e externa. As análises desenvolvidas têm o intuito de responder fundamentalmente as seguintes perguntas-chave: De que modo as empresas brasileiras efetivamente atuam no mercado latino-americano de negócios relativos à segurança energética? É possível afirmar que a internacionalização das empresas energéticas brasileiras é incentivada por políticas nacionais de desenvolvimento econômico, em especial, para a América Latina? A política externa do Brasil no subcontinente latino-americano encontra e promove um ambiente de cooperação e integração energética que pode impulsionar negócios proveitosos para as empresas brasileiras?

Vale ressaltar que a dimensão econômica da segurança energética, de modo geral, não se refere exclusivamente a oportunidades de negócio que surgem em decorrência da demanda internacional por investimentos na área de energia. A abordagem pode perfeitamente incidir sobre a geração de riqueza e progresso a partir de ações do governo no plano doméstico diante das oportunidades e dos desafios dos empreendimentos imperativos ao atendimento da demanda interna por recursos e infraestruturas energéticas. O foco do presente estudo, entretanto, recai sobre a análise das iniciativas do governo brasileiro voltadas ao plano externo junto ao mercado latino-americano. O período a ser examinado corresponde, predominantemente, aos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2014).

De modo a atender aos objetivos supracitados, o artigo foi dividido em três partes. Na primeira parte, apresenta-se um panorama geral sobre as atividades em que as empresas brasileiras têm

encontrado oportunidades vantajosas para atuar em outros países em empreendimentos atrelados à energia. O destaque fica por conta da atuação na América Latina e a diversidade de atividades em extração, geração, transporte e comercialização de recursos energéticos, que vão desde a edificação de infraestrutura ao fornecimento de equipamentos relacionados a toda essa cadeia.

O principal objetivo da segunda seção é verificar como a internacionalização de empresas do setor energético na América Latina ocupa espaço na agenda político-institucional do governo federal brasileiro, procurando evidenciar elementos como: objetivos, prioridades, atores e medidas previstas. Na terceira parte do texto, analisam-se ações e contextos de atuação de política externa dos referidos governos brasileiros voltados a potencializar as oportunidades de inserção das empresas nacionais a partir de iniciativas no plano da cooperação e integração energética. Por fim, são feitas algumas considerações finais com o intuito de responder as questões basilares que orientam esse trabalho e sintetizar o conjunto de conclusões que podem ser aferidas a partir das análises realizadas.

1. Inventário das ações latino-americanas das empresas brasileiras no setor de energia

Estudos produzidos por instituições de pesquisa e entidades governamentais indicam que os países da América da Latina figuram entre os principais alvos das ações das empresas multinacionais brasileiras para empreendimentos que envolvem segurança energética, com atividades em toda a complexa e extensa cadeia de energia (PAIVA, 2015; SANTOS, 2014; VILAS-BÔAS, 2014; VIANNA, 2010; BRASIL, 2010a, 2015a). Entre as corporações brasileiras com volume considerável de negócios internacionais no setor de segurança energética, podem-se destacar os empreendimentos realizados pelas construtoras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e pela fabricante de equipamentos elétricos WEG Eletromotores, bem como as ações executadas pelas empresas de controle estatal Petrobras e Eletrobras.

As multinacionais brasileiras que atuam no mercado externo energético ocupam posição de destaque entre as firmas mais internacionalizadas do país, sendo que algumas delas vêm figurando entre as dez maiores há vários anos, segundo apontam estudos da Fundação Dom Cabral (FDC) que deram origem ao “Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras”. Quanto às empresas mais internacionalizadas, levando-se em consideração o número de países em que atuam, os dados da FDC (2015, p. 37), referentes ao ano de 2014, demonstram que a Andrade Gutierrez ocupa a primeira posição (37 países), seguida pela WEG na terceira colocação (29 países), com a Odebrecht em nono (17 países) e a Petrobras em décimo lugar (16 países).

Entre os diversos empreendimentos contratados ou realizados nas últimas décadas, o destaque fica por conta das iniciativas na área de infraestrutura energética, tais como a construção de hidrelétricas e termelétricas, a exploração de minérios e gás, a indústria transformadora de

matéria-prima, como refinarias e petroquímicas e geração de bioenergia, bem como a edificação de gasodutos e outras interconexões energéticas, passando pelo fornecimento de equipamentos. A seguir serão listados de maneira detalhada alguns desses empreendimentos, de modo a demonstrar a amplitude e natureza das investidas das corporações brasileiras supracitadas.

A Odebrecht atua em países de diferentes continentes e é considerada uma das maiores construtoras do mundo em obras hidrelétricas. Suas operações internacionais começaram em 1979 com a construção da Hidrelétrica de Charcani V no Peru (ODEBRECHT, 2014). As ações da Odebrecht na América Latina no campo da geração de energia elétrica foram e são significativas (ODEBRECHT, 2016): no Peru, a Hidrelétrica de Chaglla (início em 2011); na República Dominicana, a reabilitação da Hidrelétrica de Jigüey (início em 2012), a conclusão da Hidrelétrica de Palomino (2006-2011); no Panamá, a construção da Hidrelétrica dos Mares (2008-2011); na Venezuela, a construção da Central Hidrelétrica Manuel Piar (início em 2002); e na Argentina, a construção da Central Hidroelétrica de Pichi Picún Leufú (1986-1999).

A empresa fez investidas internacionais na construção de termelétricas, como atesta a sua recente vitória na disputa para a edificação da Termoelétrica Punta Catalina (início em 2013) na República Dominicana. Além das obras de geração energética, na Argentina a Odebrecht participa de uma obra de expansão da capacidade de transmissão e distribuição de energia no Norte, no Sul e na costa atlântica da província de Buenos Aires (FEBRA), iniciada em 2013, envolvendo construção e ampliação de subestações, colocação de linhas de alta tensão e aumento da capacidade de processamento.

A Odebrecht está à frente de outras importantes obras na área de energia ligadas ao setor petróleo e gás (ODEBRECHT, 2016a), como a edificação de dutos, caso das ações no Equador, onde participa da execução do Poliduto Pascuales-Cuenca (2013-2015), de 220 km, cuja finalidade é otimizar o abastecimento dos derivados de petróleo no país. Na Argentina, participa da ampliação do gasoduto General San Martín e Neuba II (início em 2005), que terá aproximadamente 455 km de extensão, e do projeto de construção do gasoduto Rosetti (início em 2012). Já no Peru, ela atua no projeto e na construção do Gasoduto Sur Peruano com mais de 1000 km, visando a reforçar o transporte de hidrocarbonetos e gás natural e líquido (início em 2014).

As operações na área de geração de energia elétrica também foram e estão sendo exploradas pela Andrade Gutierrez, concentradas igualmente na América do Sul. Na República Dominicana, ela concluiu, em 2014, duas importantes obras no setor hidroelétrico: desenvolvimento social e abastecimento do Projeto Hidrelétrico Las Placetas, projeto múltiplo da Represa Montegrando e reabilitação e complementação da Represa de Sabana Yégua (ANDRADE GUTIERREZ, 2016b). No Chile, ela construiu um complexo formado por duas usinas Cortaderal Sul e Usina Corrales

(ANDRADE GUTIERREZ, 2016). E, no Peru, ela concluiu em 1999 um túnel de adução e realizou obras anexas à Usina Hidrelétrica San Gaban II (ANDRADE GUTIERREZ, 2016a).

As empreitadas edilícias da Andrade Gutierrez não se restringem à geração de energia elétrica, seguindo o histórico de diversidade de empreendimentos internacionais das empresas brasileiras no setor energético. Um exemplo disso são as obras na área de construções portuárias e navais voltadas à promoção da segurança energética em outros países. Nesse sentido, no continente sul-americano, pode-se destacar a conclusão das obras do Estaleiro Nor-Oriental na Venezuela, em 2015 – o maior estaleiro da América do Sul, voltado à construção e à reparação de petroleiros de grande calado (ANDRADE GUTIERREZ, 2016b). No Peru, ela concluiu, em 1995, o novo cais de carga líquida instalado na Refinaria de Talara, que inclui um ramal de carga de gás liquefeito de petróleo (GLP) e tubulações para condução de produtos hidrocarbonetos que permitem o transporte dos recursos diretamente da refinaria para as embarcações (ANDRADE GUTIERREZ, 2016c).

Além desses empreendimentos navais e portuários ligados à segurança energética, entre as ações internacionais da Andrade Gutierrez pode-se citar ainda a edificação de linhas de transmissão de energia e gasoduto na Venezuela, ambas realizadas nas obras de construção da Usina Siderúrgica no Município Raul Leoni do Estado Bolívar (ANDRADE GUTIERREZ, 2016d). A carteira de negócios internacionais também inclui obras na indústria transformadora de matéria-prima, como refinarias, tal qual ocorreu na Argentina, onde foi responsável pelo desenvolvimento da etapa FEL 3 da Refinaria Bahía Blanca, que consistia na consecução do Plano Diretor de Refino (ANDRADE GUTIERREZ, 2016e).

A Construtora Camargo Corrêa também se destaca em empreendimentos no setor de energia, ocupando posição de liderança mundial na construção de usinas hidrelétricas. Os empreendimentos são concentrados praticamente na América do Sul, seguindo o mapa de atuação geográfica das empresas brasileiras no setor de energia. Na América Latina, ela liderou o consórcio responsável pela construção da Hidrelétrica Guri (10.200 MW) na Venezuela, concluída em 1986 e considerada a segunda maior do mundo (CAMARGO CORRÊA, 2016). Conta-se, ainda, a conclusão, em 2011, da Usina Hidrelétrica Porce III (660 MW), em Medellín, na Colômbia. A empresa também está à frente das obras da Usina Hidroelétrica de Iutango, considerado o maior projeto hidrelétrico colombiano e também a maior obra de infraestrutura do país em execução (CAMARGO CORRÊA, 2016a). A Camargo Corrêa também participou de algumas fases da construção de duas importantes obras de integração energética na América do Sul, as quais envolvem diretamente os interesses brasileiros: a Usina Hidrelétrica Binacional Itaipu e o Gasoduto Brasil-Bolívia (CAMARGO CORRÊA, 2016b).

A grandeza da Petrobras (PETROBRAS, 2016) no setor de energia no plano internacional é comprovada a partir da sua participação em empreendimentos nos mais diversos segmentos do setor

de energia, bem como pela sua presença em distintos países, nos mais diversos continentes. A atuação da Petrobras na América do Sul é a que mais impressiona, pois está presente em diversos países (sete dos trezes que existem no subcontinente) e por desenvolver uma variedade de atividades na área de energia. Na Argentina, a multinacional brasileira é uma das maiores empresas na produção de petróleo e gás natural, abrangendo exploração, produção, refino, transporte por dutos, comercialização e distribuição, além de atuar no setor de energia elétrica. No Uruguai, destaca-se a distribuição de gás natural, manufaturado e liquefeito de petróleo, e a rede de comercialização de combustíveis nos Postos Petrobras.

Na Bolívia, o foco da Petrobras é exploração, produção, transporte por dutos e por compressão de gás natural, sendo a maior empresa do ramo de energia em atuação no país. No Chile, sua ação se restringe atualmente à comercialização e à distribuição de combustíveis para redes de postos e fornecedores no comércio local. Na Colômbia, sua atuação está focada na exploração, na produção e na distribuição de combustíveis. No Equador, a Petrobras exerce atividades e negócios de exploração e produção petrolífera, bem como transporte por oleoduto. No Paraguai, sua ação se restringe atualmente à comercialização e à distribuição de combustíveis para redes de postos e fornecedores no comércio local. No Peru, ocorre a produção de barris de petróleo e a participação em diversos ativos exploratórios no país. Por fim, na Venezuela, a Petrobras participa de atividades de produção de petróleo e gás natural.

No Uruguai, em parceria com a estatal Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas (UTE), a Eletrobras esteve à frente das obras do campo eólico de Artilleros, inaugurado em fevereiro de 2015, localizado em Tarariras, distante cerca de 120 km da capital Montevideú, cuja capacidade de geração é de 65,1 MW, com 31 aerogeradores (BRASIL, 2015b). Na Nicarágua, em 2014, ficou decidido que a construtora Queiroz Galvão, a Eletrobras e o governo local participariam do desenvolvimento do projeto da Hidrelétrica de Tumarín, com potência em torno de 253 MW e custo estimado em US\$ 1,1 bilhão, um dos maiores projetos em curso na região. Nesse mesmo país, a construtora Queiroz Galvão é responsável pela execução das obras da usina de San Jacinto-Tizate, tornando-se a primeira empresa brasileira a participar da construção de uma geotérmica (QUEIROZ GALVÃO, 2015).

Na próxima seção, serão analisados alguns programas governamentais implementados pelo governo do Partido dos Trabalhadores, voltados à ampliação dos negócios ora elencados.

2. Internacionalização de empresas energéticas na agenda político-institucional de desenvolvimento do Brasil

O governo brasileiro tem incentivado há algum tempo as empresas nacionais a expandirem seus negócios no exterior para atuarem em empreendimentos na área de segurança energética, em

especial, aquelas relacionadas à comercialização de produtos ou à infraestrutura energética, sejam na área do petróleo, do gás natural, da petroquímica ou da energia renovável. É possível constatar essa realidade em dois importantes programas criados ao longo dos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff, os quais merecem destaque por permitirem entender a agenda político-institucional e os principais atores públicos envolvidos nas questões relativas à dimensão econômica da segurança energética brasileira analisada neste artigo.

O primeiro é a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), elaborada no âmbito do governo federal, por determinação do então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, cujo lançamento ocorreu em 12 de maio de 2008, e voltada a identificar e a elaborar as ações necessárias à construção da competitividade de médio e longo prazo da economia brasileira. O complexo produtivo do bioetanol e da industrial de petróleo, gás e petroquímica tiveram sua importância reconhecida na PDP, ocupando posição de destaque por sua capacidade competitiva. Os referidos complexos produtivos foram inseridos entre os “Programas para Consolidar e Expandir a Liderança”. Nesse caso, a PDP previa o apoio do governo federal brasileiro na consolidação e na expansão da liderança que as empresas do setor haviam alcançado ou teriam potencial para alcançar no mercado internacional (BRASIL. MIDIC, 2016).

No caso do bioetanol, o governo brasileiro estabeleceu como estratégia fundamental e um dos principais objetivos a reconquista da liderança mundial. Nesse sentido, o governo vislumbrava um mercado internacional em formação, com perspectiva de expansão, cujo desafio posto pela PDP para alcançar a liderança mundial, entre outros, era o de transformar o bioetanol em *commodity*, propiciando melhores condições para a comercialização mundial desse produto. A gestão geral do programa ficou a cargo da Casa Civil da Presidência da República. Em certa medida, o fato de o programa estar ligado ao referido órgão demonstra o valor estratégico e prioritário que a atividade tinha nos planos do governo, dado a sua ligação direta com a Presidência da República (BRASIL, 2009a, p. 2-3).

Em relação ao setor de petróleo, gás e petroquímica, o governo brasileiro procurava explorar as potencialidades decorrentes dos recursos extraídos e da tecnologia de produção e gestão envolvidos na descoberta das reservas de hidrocarbonetos da camada pré-sal, localizadas na zona oceânica que está sob o domínio econômico do Brasil. De acordo com o que estabelecia a PDP, a estratégia brasileira para o setor e suas empresas era de ocupar posições de liderança mundial e ampliar a conquista de mercado no plano externo. Com a finalidade de alcançar estas metas, a PDP estabeleceu como objetivo (1) garantir a autossuficiência em petróleo e (2) revitalizar e ampliar a participação da indústria nacional, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de óleo e gás natural no Brasil e no exterior (BRASIL, 2008, p. 2-3).

Não obstante o interesse em incentivar a capacidade exportadora de petróleo e derivados provenientes do pré-sal, é importante mencionar o destaque especial que a PDP deu à infraestrutura fornecedora de bens e serviços do setor de petróleo e gás. Em relação a essa ação, o objetivo estabelecido foi o de tornar o Brasil, em longo prazo, fornecedor competitivo e protagonista mundial. Essas iniciativas implicavam em diversificar a base produtiva e desenvolver segmentos de maior valor agregado, visando, em especial, à inserção externa. Além disso, pretendiam incentivar o desenvolvimento da capacidade das empresas da área de engenharia, sejam nacionais ou de constituição integrada, de modo a sustentar sua competitividade internacional (BRASIL, 2010b, p. 69-70).

A gestão geral do programa foi atribuída à Petrobras, dada a liderança e o protagonismo que essa empresa brasileira possui no mercado energético nacional, regional e internacional. Ao BNDES, atribuiu-se a condição de principal agente financiador da implantação, da expansão e da modernização da cadeia produtiva do setor energético, voltado a ampliar negócios no plano externo. Outros órgãos também estão envolvidos na articulação das ações e no trabalho conjunto, como o Ministério de Minas e Energia (promove ações, principalmente, no adensamento da capacidade produtiva, na capacitação industrial e na qualificação técnica profissional), o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (promove oportunidades para o incremento de arranjos produtivos no setor), a Agência Nacional de Petróleo (regula as atividades setoriais relacionadas) e o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (licencia e transfere tecnologia e difunde informação tecnológica) (BRASIL, 2010b, p. 69-70).

Outro importante fator a ser destacado é que a seção da PDP denominada “Destques Estratégicos” indica de modo explícito que a intenção do governo era privilegiar cada vez mais a inserção internacional das empresas brasileiras em complexos regionais econômicos específicos. Nesse sentido, observe-se que dentre os seis destaques listados no programa, verifica-se a “Integração com América Latina e Caribe” e a “Integração com a África” como dois contextos de atuação estratégica, nos quais se vislumbram, de modo particular, oportunidades no mercado energético externo a serem aproveitadas pelas empresas brasileiras (BRASIL. MIDIC, 2016a).

Diante disso, se a intenção do governo brasileiro era fazer com que a inserção internacional das empresas brasileiras priorizasse as relações Sul-Sul, a previsão era de que o mesmo ocorresse com as iniciativas dirigidas às corporações do setor energético. Por outro lado, seria possível imaginar ainda alguma relação entre a considerável quantidade de empreendimentos energéticos no continente latino-americano registrada na seção anterior e a atuação do governo brasileiro voltada à ampliação destes negócios.

A integração produtiva da América Latina e do Caribe, cujo foco inicial seria o Mercosul, faz menção à integração da infraestrutura energética e à inserção de empresas brasileiras do setor na

região, as quais devem ser apoiadas com o objetivo de aumentar a articulação das cadeias produtivas e de elevar o comércio com a referida área, buscando ampliar a escala e a produtividade da indústria nacional. A gestão geral do Programa foi estabelecida de forma tripartite, em que figuram o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (BRASIL, 2009b, p. 2-8).

No contexto estratégico latino-americano e caribenho, as ações previstas pela PDP relacionadas ao setor energético incluem: 1) a promoção da integração da infraestrutura física e normativa, incluindo o planejamento e a execução de obras, prioritariamente, de integração da infraestrutura regional e de integração de cadeias produtivas, bem como a ampliação dos desembolsos em projetos de infraestrutura na América do Sul; 2) a promoção da integração produtiva, por meio de iniciativas como o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores de Petróleo e Gás; e 3) o financiamento e a promoção do investimento, por meio de mecanismos de créditos e garantias favoráveis a investimentos brasileiros nos países da referida região (BRASIL, MIDIC, 2016b).

No governo da presidenta Dilma Rousseff, uma importante referência para a análise da inserção do Brasil no mercado internacional energético é o Plano Brasil Maior (PBM). O referido plano foi instituído em 2011 e estabelece a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do governo federal para o período de 2011 a 2014.

O PBM reconhece, na abundância de recursos naturais presentes no território nacional, no domínio tecnológico e na capacidade empresarial em energias renováveis e na cadeia de petróleo e gás, oportunidades para geração de emprego e renda que impulsionem o crescimento do país, bem como benefícios em prol do povo brasileiro. O aproveitamento dessas potencialidades em meio ao mercado internacional não é ignorado pelo referido Plano, tanto que ao estabelecer como objetivo estratégico seu desenvolvimento, coloca como uma de suas metas a elevação da participação externa brasileira no plano tecnológico e de bens e serviços na área de energia (BRASIL, 2011, p. 25-7).

Existem cinco diretrizes que representam a dimensão estruturante do PBM, as quais deveriam instruir os programas setoriais a serem criados pelo governo em parceria com o setor privado e a sociedade civil. A intenção com essas diretrizes, segundo o próprio Plano, é a de melhorar a eficiência produtiva, a modernização e a inovação tecnológica, organizacional e corporativa, de modo a aumentar a competitividade da cadeia produtiva brasileira em escala internacional (BRASIL, 2011, p. 21). A Diretriz Setorial 3 se refere ao “Desenvolvimento das Cadeias de Suprimento em Energias”, cuja orientação é no sentido do “[...] aproveitamento de oportunidades ambientais e de negócios na área de energia, para que o país ocupe lugar privilegiado entre os maiores fornecedores mundiais de energia e de tecnologias, bens de capital e serviços

associados” (BRASIL, 2011, p. 21). As iniciativas nesse setor envolvem tanto empresas públicas como privadas que atuam nas mais variadas atividades da cadeia energética, tais como geração, transmissão e distribuição de energia hidroeétrica, extração, prospecção, refino e distribuição de petróleo e gás natural, bem como a produção e comercialização de biocombustíveis.

De modo a orientar a formulação das suas ações setoriais, o PBM agrupou cada um dos setores em cinco blocos, de acordo com as características e as especificidades dos sistemas produtivos. A cadeia de suprimento de petróleo e gás faz parte do “Bloco 1 - Sistemas da Mecânica, Eletroeletrônica e Saúde”, que juntamente com outros setores foram reunidos em razão da “[...] grande capacidade de transformação da estrutura produtiva, tanto em função de seu poder de difusão de inovações quanto devido ao encadeamento das relações intersetoriais” (BRASIL, 2011, p. 30). O bioetanol foi alocado no “Bloco 2 - Sistemas produtivos intensivos em escala”, que embora esteja ao lado de setores como o de minero-metalurgia e de papel e celulose, é considerado um setor ainda não consolidado, como os de químicos e de fertilizantes. Em razão disso, as iniciativas nesse setor exigem esforços voltados, principalmente, ao adensamento e à agregação de valor, segundo determina o próprio Plano (BRASIL, 2011, p. 30).

Em relação às iniciativas específicas para a geração de oportunidades externas para as empresas de petróleo e gás, constata-se uma considerável diferença em comparação com a Política de Desenvolvimento Produtivo no que se refere à baixa quantidade de ações previstas pelo PBM. No âmbito dos conselhos executivos setoriais, ao observar as diretrizes estratégicas postas para o setor, em específico àquelas voltadas à promoção da internacionalização das empresas brasileiras, consta apenas o seguinte: (1) promover as exportações de bens e serviços para mercados potenciais, com foco no aumento da escala e (2) fortalecer a integração produtiva com o Mercosul e a América Latina. No caso do bioetanol não é diferente, na verdade o cenário é ainda mais desolador, dado que não há uma diretriz específica e apenas uma única iniciativa, a qual se dirige à promoção da padronização internacional do bioetanol (BRASIL, 2011, p. 21).

É certo que existem outras tantas diretrizes dirigidas ao setor, as quais podem ter implicações na geração de oportunidades no mercado internacional, mas é nítida a ausência de tratamento mais específico desse assunto por parte do PBM, ainda mais frustrante quando se comparado com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Embora a elevação da participação brasileira nos mercados de tecnologia, bens e serviços para energias tenha sido considerada como meta entre os objetivos estratégicos previstos no PBM, efetivamente não se trabalhou no detalhamento de como esta meta seria alcançada, tanto como fora realizado na PDP.

Um dos motivos para essa situação talvez esteja relacionado ao que destacou Mattos (2013, p. 17-19), quando examinou comparativamente as medidas previstas pela PDP e o PBM para os vários setores. Em relação ao setor de “petróleo, gás e naval”, especificamente, o referido autor

verificou que 80% das medidas previstas pelo PBM apenas estendem para outros setores regimes especiais ou benefícios que já existem ou simplesmente ampliam/mantêm o que já existe no próprio setor. No mesmo estudo, Mattos (2013, p. 15-6) também destaca que parte das “medidas” do PBM deve ser, na verdade, concebida como “objetivos”, “intenções” ou “simplesmente agenda de trabalho”, visando a fazer algo acontecer. O que acontece com as medidas no setor de petróleo e gás, citando como exemplo de medida que é, na verdade, uma agenda, cujo objetivo é “promover inovação, incentivando a cooperação e o desenvolvimento tecnológico” e “elaborar agendas tecnológicas setoriais – ATS nos segmentos estratégicos da cadeia de fornecedores de Petróleo e Gás”.

Diante do exposto, não seria correto afirmar que a obtenção de dividendos econômicos para o Brasil, a partir da demanda por segurança energética no plano internacional, não existiu ou existe no governo Dilma. Entretanto, quando considerados a PDP e o PBM, é perceptível a primazia e a orientação programática proativa que a temática ocupava na agenda do governo Lula, quando comparada com a gestão da atual presidenta – o que poderia ser considerado erro político-estratégico por parte do governo Dilma. De um lado, por relegar, aparentemente, a capacidade que o Brasil possui de se inserir competitivamente nesse mercado mundial. De outro lado, por menosprezar o aumento das oportunidades econômicas que surgem a cada dia na área de segurança energética no plano internacional.

De qualquer forma, os programas apresentados logo acima sugerem que a política de incentivo à internacionalização das empresas brasileiras inquestionavelmente considera a promoção do setor energético nacional no mercado externo. E, não apenas isso, pois a melhoria do desempenho das exportações de produtos e serviços disponibilizados pelas empresas nacionais do setor energético é amplamente considerada como importante foco no contexto das referidas políticas nacionais. A quantidade e a diversidade de medidas listadas nos dois programas supracitados sugerem tanto o protagonismo do setor no processo de internacionalização incentivado pelo governo brasileiro, como a percepção de que ele possui potencialidades evidentes de competitividade e de desempenho internacional.

Nesse contexto, o estudo de Avila (2013 com 171 subsidiárias de 106 multinacionais brasileiras estabelecidas no exterior, destaca que a classe empresarial acredita que o governo brasileiro deve fazer muito mais, como estimular a cooperação com os demais países que despontam como protagonistas no processo de internacionalização das empresas do setor energético:

Para os formuladores de políticas, a pesquisa sugere a necessidade de aproximação do Brasil com países que estejam no “radar” das multinacionais brasileiras, de modo a oferecer suporte institucional a seus processos de internacionalização em

moldes que tragam benefícios também para suas operações domésticas e, conseqüentemente, contribuam para o desenvolvimento econômico-social do próprio Brasil. Ressalte-se que assegurar um ambiente institucional que apoie o bom funcionamento dos negócios é algo que está absolutamente sob controle dos formuladores de políticas, independentemente da situação econômica vivenciada pelo país (AVILA, 2013, p. 285).

Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2013) junto às corporações nacionais que estão atuando no mercado externo, também aponta a necessidade de o governo aperfeiçoar a política de internacionalização das empresas brasileiras:

[...] o Brasil não conta com uma política de apoio à internacionalização de suas empresas através de IDE. Ou seja, não existe um conjunto de iniciativas e ações públicas coordenadas, consistentes entre si e envolvendo distintos órgãos de Governo e parcerias com o setor privado. No quadro atual, a tendência prevalente é que o Brasil continue correndo bem atrás dos demais emergentes como emissor de IDE e que a expansão do número de transnacionais se dê através de modalidades pouco intensivas em capital (como nos setores de serviços, nas franquias etc.) (CNI, 2013, p. 12).

Diante de todo esse cenário, é certo que as empresas que atuam externamente na área de segurança energética não condicionam e não devem condicionar o seu processo de internacionalização ao apoio governamental. Apesar disso, é inegável que, em algumas ocasiões, o diálogo político intergovernamental entre os países envolvidos em uma iminente oportunidade de negócio pode exercer um papel fundamental na conclusão de um acordo. E, sobre esta questão, debruça-se a próxima seção deste artigo, buscando entender em que medida é possível constatar algumas iniciativas governamentais nesse sentido ao longo do governo do PT na presidência da república.

3. Ações e cenários de atuação da Política Externa Brasileira na internacionalização das empresas do setor energético

As iniciativas do Brasil no campo da política externa podem-se inserir no contexto de aproveitar, da melhor maneira possível, as oportunidades no mercado mundial relativos à segurança energética. Em determinadas circunstâncias, a percepção que se tem é da necessidade de complementaridade de ações políticas, pondo em convergência a atuação externa proativa com medidas domésticas de incentivo ao aumento da competitividade e da inserção internacional das empresas brasileiras no setor.

Na medida em que se estimulam, no plano interno e externo, iniciativas de convergência e complementaridade política, a segurança energética pode passar a ser um importante vetor para o desenvolvimento econômico-social brasileiro. O que significa dizer que as empresas brasileiras contarão com maior apoio para aproveitar as oportunidades existentes no mercado internacional e, assim, evitar perdas que, aparentemente, não se justificam. Especialmente, quando possuem

liderança mundial em determinado setor da cadeia energética e quando se trata de firmar negócios junto a países com os quais mantêm estreitas relações, como no caso descrito a seguir:

Há muitos anos, os Estados Unidos vêm tentando deslocar a sua elevada dependência do petróleo do Oriente Médio. A estratégia faz parte, há alguns anos, da plataforma do Partido Democrata. E um dos pontos principais da visão estratégica de longo prazo dos Estados Unidos.

E para onde está sendo deslocada a importação? Para a África. Aliás, fica para reflexão o fato de que Cabo Verde e São Tomé e Príncipe têm petróleo em águas profundas. Eles pediram ajuda ao Brasil, especificamente à Petrobras, em determinada época, para que fossem lá ajudar na exploração. E a Petrobras não foi, e quem ganhou a concorrência foi a Chevron, que domina, hoje, a exploração em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Faltou-nos vontade para ampliar parcerias com países lusófonos? (REIS, 2011, p. 70).

Nestas situações, a ação diplomática poderia contribuir para aproximar as partes interessadas – sejam estes entes públicos ou privados –, ou em garantias adicionais voltadas a reforçar o cumprimento das obrigações estabelecidas. Na área da segurança energética, as circunstâncias favoráveis para a promoção de negócios no mercado internacional para o Brasil são profusas, não somente em razão da expertise brasileira na área de energia. Também conta a proximidade que tem com mercados que possuem demanda nesse setor, como acontece com a América Latina. As investidas na esfera da política externa são ainda mais potencializadas em um cenário em que as oportunidades surgem com países com os quais o Brasil já possui estreita interação.

Vale destacar as palavras de Castro (2010) sobre a relação que existe entre internacionalização das empresas brasileiras, integração energética sul-americana e atuação diplomática:

A partir de 2008, a Eletrobras foi autorizada a atuar no exterior [...] constituindo-se gradativamente no principal instrumento de execução da política energética do Ministério das Minas e Energia (MME) do governo brasileiro. Desta forma, criam-se os elementos de um duplo e convergente movimento: a integração energética do Brasil e a internacionalização da Eletrobras.

Neste sentido, pode-se considerar que são as bases sólidas do Setor Elétrico Brasileiro (SEB) associadas com as externalidades e sinergias determinadas pela integração do setor elétrico que vêm possibilitando uma ação mais concreta e direta por parte do MME e da Eletrobras com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE) (CASTRO, 2010, p.9).

No contexto da ação diplomática, um fator em particular corrobora sobremaneira o valor estratégico que as iniciativas externas representam para o governo brasileiro no campo da segurança energética – inclusive com o intuito de gerar oportunidades econômicas para o país. O fato a ser ressaltado é o crescimento considerável da quantidade e da diversidade de acordos bilaterais e multilaterais assinados pelo Brasil a partir da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, no que se refere à temática energética. Segundo os dados coletados no site do Departamento de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (DAI-MRE), desde 2003 até a conclusão deste artigo,

foram assinados 137 atos internacionais na área de energia por parte do governo brasileiro com outros países ou organizações internacionais (BRASIL. MRE, 2016). A diferença em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso não se refere apenas ao número de acordos firmados (neste foram 56 atos subscritos), mas também à diversidade de países envolvidos e a variedade de temas abordados.

Ao analisar os atos firmados pelo governo brasileiro, a partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vale observar inicialmente que a maioria foi estabelecida com países/organizações estabelecidos na América Central (23) e do Sul (55) e na África (14), alcançando a marca de 92 pactos assinados, representando 67% do total. Esses dados ajudam a ratificar o que já fora mencionado anteriormente em relação ao protagonismo que as referidas regiões possuem nas iniciativas externas do Brasil na área de energia, inclusive no apoio à internacionalização das empresas brasileiras do setor. Da mesma forma, pode-se considerar que o panorama revelado a partir destes acordos seja um indicativo de que predomina a denominada diplomacia Sul-Sul e as alianças “estratégicas” com atores não-hegemônicos, inclusive na conformação das ações de política externa do país no que se refere à temática energética.

É possível destacar claramente como alguns dos atos internacionais estão diretamente relacionados à geração de oportunidades econômicas para as empresas brasileiras a partir da preocupação de países e de organizações internacionais com a segurança energética. Na esfera da energia elétrica, podem-se mencionar os acordos estabelecidos com o Paraguai (2007) e a Argentina (2009) envolvendo a Eletrobras, no primeiro caso visando a elaborar projeto da linha de transmissão Itaipu-Limpio e, no segundo, a implementação de convênios de cooperação para a construção de usinas hidrelétricas binacionais no rio Uruguai. Continuando ainda no âmbito da energia elétrica, podem-se destacar ainda os atos firmados com Colômbia (2009), Guatemala (2013), Peru (2009) e Nicarágua (2009) com o objetivo de implementar projetos voltados à energização rural para o desenvolvimento. Em relação a essa última iniciativa, Biato e Castro (2011, p. 16) destacam que

[o] Brasil está engajado nos esforços da região para maximizar benefícios como os obtidos pelo Programa Luz para Todos, através de programas de capacitação técnica, financiamento para viabilizar projetos de investimento em produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, de forma que possa chegar ao menor preço ao consumidor final em articulação com o processo de integração energética.

O Plano Decenal de Expansão de Energia 2024 - PDEE 2024 (BRASIL, 2015a, p. 74-5) elenca alguns dos projetos de cooperação e integração energética nacional que estão recebendo apoio do governo brasileiro, em especial no campo da geração de energia elétrica, com a participação de empresas brasileiras – notadamente a Eletrobras. O referido documento cita, inicialmente, as iniciativas de integração energética com o Peru, tendo em vista seu potencial hidroelétrico que é de,

aproximadamente, 180 GW. O foco das atenções se concentra atualmente no projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Inambari, com capacidade de geração de energia elétrica estimada em 2,6 GW – os estudos de inventário e viabilidade para sua construção já foram concluídos.

Os estudos realizados priorizam o atendimento da demanda energética local peruana, com a possibilidade de exportação de energia excedente para o mercado brasileiro por meio da interligação dos sistemas elétricos a partir do estado de Rondônia. Após as conversações iniciais realizadas entre os representantes dos dois países “Para a análise da construção do empreendimento foi formada a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Inambari Geração de Energia (Igesa), composta pela Construtora OAS (51%), Eletrobras (29,4%) e Eletrobras Furnas (19,6%)” (BUENO, 2010, p. 29).

O documento supracitado, elaborado pelo Ministério de Minas e Energia e a Empresa de Pesquisa Energética, menciona também a ampliação da integração energética com a Bolívia, desta vez no campo da geração de energia elétrica, já que esse país tem potencial hidroelétrico correspondente a 20,3 GW. A previsão é de participar da construção da hidrelétrica Cachoeira Ribeirão no território do país vizinho, cuja capacidade de geração estimada é de 800 MW. A intenção é que esse empreendimento se agregue e componha o complexo de usinas hidrelétricas que cortam o rio Madeira.

As iniciativas citadas pelo PDEE 2024 também alcançam a parte norte do continente sul-americano na medida em que se referem aos acordos firmados entre o governo brasileiro e a Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Os acordos preveem o desenvolvimento de estudos com a finalidade de edificar três hidrelétricas, sendo duas na Guiana, no rio Mazaruni, e a terceira no Suriname, no rio Aper. As estimativas iniciais são de que as três hidrelétricas produzam juntas 3 GW de energia elétrica, com a perspectiva dos excedentes de energia serem importados pelo Brasil, através das interligações no estado de Roraima.

Por fim, o PDEE 2024 (BRASIL, 2015a, p. 75) menciona a possibilidade de consolidação da integração energética do Brasil com a Argentina no âmbito do setor elétrico. Em 7 de março de 2012 foi assinado acordo entre os dois países para a construção de duas usinas binacionais ao longo do rio Uruguai, que serão denominadas de Garabi e Panambi, cuja capacidade instalada prevista é de 2,2 GW, e a construção ficará a cargo da Eletrobras e Ebisa (Argentina). De acordo com estudos já realizados, estimam-se que serão gerados 12,5 mil empregos entre as duas unidades, atraindo 70% de mão de obra local (ELETROBRAS, 2014, p. 10).

Além dos acordos bilaterais e multilaterais ora citados, as instituições de cooperação e de integração regional na América Latina representam outro cenário estratégico de atuação do governo brasileiro no plano externo, voltado a ampliar as oportunidades econômicas para o país, a partir da preocupação da região com a segurança energética. Conforme mencionado anteriormente, as

Américas Central e do Sul são consideradas espaços prioritários no âmbito da política externa brasileira de incentivo à internacionalização das empresas nacionais que atuam na área de energia. Entretanto, essa dimensão econômica da segurança energética está inserida e é concebida em uma perspectiva mais ampla do ponto de vista da política externa do Brasil para os referidos subcontinentes latino-americanos.

Conforme demonstra a tabela abaixo, no subcontinente latino-americano existem diversos fóruns intergovernamentais e empresariais em que a questão energética é discutida em seus mais diversos aspectos, inclusive no que se refere à superação de entraves que impedem uma maior cooperação e integração energética na região.

FÓRUMS DE DISCUSSÕES SOBRE QUESTÃO ENERGÉTICA NA AMERICANA-LATINA	
ENTIDADE	DIMENSÃO ENERGÉTICA
Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)	Constituída por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, consagra-se como o maior grupo latino-americano de integração. De acordo com o estabelecido no Tratado de Montevideu (1980) e a Resolução 2 do Conselho de Ministros da ALADI, celebrar-se-ão Acordos Parciais de Promoção do Comércio sobre Integração Energética, estabelecendo normas internas para permitir o intercâmbio comercial e o transporte energético.
Associação Regional de Empresas de Petróleo e Gás Natural em Latino-América e o Caribe (ARPEL)	Criada em 1965 e formada por mais de 25 (vinte e cinco) companhias de petróleo e gás natural que possuem mais de 90% de participação no setor de hidrocarbonetos da região.
Comunidade Andina de Nações (CAN)	Trata-se de uma União Aduaneira (UA) que existe desde 1995, constituída por Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, da qual o Brasil participa na condição de membro associado. Ela atribui uma enorme importância ao setor energético e considera que a integração efetiva dos mercados energéticos sub-regionais, tendo possibilidades de integração na área de petróleo, gás natural e eletricidade, poderia ampliar a escala e melhorar a eficiência do negócio energético andino, sul-americano e até hemisférico.
Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL)	Uma das cinco comissões da ONU (Organização das Nações Unidas), com sede em Santiago de Chile. A CEPAL atua no Setor Energético da América Latina, oferecendo assessoria aos governos em temas de regulação (água e energia), leis de eletricidade, hidrocarbonetos, gás natural, uso racional de energia e fontes novas e renováveis.
Comissão de Integração Energética Regional (CIER)	Criada em 1964, durante o primeiro congresso regional de integração elétrica (Montevideu), define-se como uma organização não governamental que agrupa 198 (cento e noventa e oito) empresas e organismos do setor elétrico dos dez países sul-americanos e três Membros Associados da Espanha, França e Canadá. Fiel ao seu objetivo primário, promove e lidera a integração dos setores elétricos como um dos meios para impulsionar o desenvolvimento e a prosperidade regional.
União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)	A União de Nações Sul-americanas foi criada em 2008, tendo como objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de integração e união, priorizando, entre outras questões, a temática energética, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados. Saliente-se que, diferentemente do texto de Thuan dos Santos (2014), que cita a Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), decidiu-se inserir a UNASUL em seu lugar, já que aquela está subordinada atualmente a esta última.
Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	Bloco econômico formado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, com alguns países associados. No contexto da reestruturação dos setores energéticos na década dos 1990, foi criado o subgrupo de trabalho n° 9 para trabalhar na área de

	“energia e mineração”, iniciando suas atividades em 1991. Desde então organiza fóruns de discussão para que os países conheçam suas políticas energéticas e os detalhes dos seus sistemas energéticos.
Organização Latino-Americana de Energia (OLADE)	Fundada no contexto da crise energética internacional do ano 1973, é formada por vinte e seis países membros da América Latina e do Caribe. Constitui a máxima autoridade da organização a representa a Reunião de Ministros de Energia e é representada em cada país pelos coordenadores nos Ministérios ou entidades energéticas.

Fonte: Adaptado de Santos (2014, p. 54-5).

Uma organização que a doutrina e o governo costumam destacar para as ações da política externa brasileira voltada à integração e cooperação energética regional é a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), formada pelos doze países da América do Sul (BIATO; CASTRO, 2011; BRASIL, 2010a). A criação da Organização foi aprovada durante Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 23 de maio de 2008. De acordo com o seu tratado constitutivo, um dos objetivos específicos da UNASUL é “a integração energética para o aproveitamento integral, sustentável e solidário dos recursos da região” (Artigo 3º).

Com o intuito de materializar estes objetivos, a UNASUL conta com o Conselho Energético Sul-americano, criado pela Declaração de Margarita (17 de abril de 2007), que reúne os ministros dos países membros da UNASUL que estão ligados à matéria. O referido Conselho tem como uma de suas principais tarefas definir a Estratégia Energética Sul-Americana, o Plano de Ação para a Integração Energética Regional e a Estrutura do Tratado Energético da América do Sul (UNASUL, 2016). Outra importante instância da UNASUL sobre a matéria é o Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), criado na cidade de Quito, em 28 de janeiro de 2009. O COSIPLAN é considerado a instância de discussão política e estratégica responsável pela implementação da integração da infraestrutura regional dos países membros da UNASUL. Como órgão de apoio ao COSIPLAN funciona a Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), que atua como fórum técnico para temas relacionados ao planejamento da integração física regional sul-americana (IIRSA, 2016).

A ação conjunta e coordenada na UNASUL – particularmente por meio do Conselho Energético Sul-americano, do COSIPLAN e da IIRSA – busca envidar esforços no sentido de planejar e implementar a melhora da infraestrutura do subcontinente sul-americano, incluindo o setor energético. De modo geral, acredita-se que assim será possível oferecer condições propícias para o aperfeiçoamento da cadeia produtiva dos países, promover as condições necessárias para o aumento das exportações a partir da região e incrementar o aumento do consumo no âmbito dos mercados domésticos e intra-regional (. ALVES, 2011; HIRATUKA; SARTI, 2010).

É possível perceber que a segurança energética também tem sido concebida pelo Brasil como um dos principais “motes” para aproximação entre os países da região. E, o propósito

fundamental do governo brasileiro e dos demais países para adensar a cooperação e a integração na área de energia seria gerar as condições necessárias para melhorar a capacidade e o nível de desenvolvimento no subcontinente, principalmente, a partir de iniciativas no campo da infraestrutura energética. Por outro lado, percebe-se que a temática tem sido utilizada igualmente como um meio para reforçar o protagonismo brasileiro na região, em razão da sua capacidade técnica, econômica e natural no setor de energia, que é nitidamente superior quando comparada com a maioria dos países do continente (PAIVA, 2015, CASTRO et al., 2011; SOUZA, 2012, 2011).

Conclusão

Em primeiro lugar, é preciso destacar que a análise desenvolvida neste artigo, no âmbito da dimensão econômica da segurança, evidencia que as iniciativas no plano nacional e internacional dirigidas a garantir os recursos energéticos para manutenção e desenvolvimento de um Estado e de sua população (segurança energética) confrontam-se com uma diversidade de questões. Deste modo, os estudos científicos e as práticas políticas sobre segurança energética não se restringem apenas à lógica da guerra, pois admitem a pluralidade de concepções e a ampliação do conjunto de problemas, os quais precisam ser tratados pelos diversos atores e estudiosos envolvidos com a temática.

Além disso, pode-se perceber que a análise realizada ao longo deste artigo permite verificar que a preocupação com a segurança energética no Brasil não é dirigida apenas a atender a demanda doméstica de energia, mas também aquelas derivadas das necessidades presentes em outros países. Nesse contexto, observa-se que o governo brasileiro tem incentivado as empresas brasileiras não somente a ampliarem sua atuação no mercado nacional de energia, mas a se inserirem também no mercado internacional.

Por outro lado, verifica-se que os países da América da Latina estão entre os principais alvos das ações das empresas multinacionais brasileiras, com negócios desenvolvidos em toda a cadeia energética, que vão desde a produção e a geração até o consumo final de energia, com destaque para as iniciativas na área de infraestrutura energética, incluindo a construção de hidrelétricas e termelétricas, a indústria transformadora, como refinarias e petroquímicas, bem como a edificação de gasodutos e outras interconexões energéticas. Entretanto, seriam de grande contribuição estudos complementares que mapeassem de modo mais preciso, tanto no aspecto temporal como espacial, como se desenvolveram e se desenvolvem os projetos energéticos no mercado externo, nos quais estão envolvidas empresas brasileiras.

Em quarto lugar, observa-se que os estímulos por parte de políticas do governo brasileiro para que as empresas nacionais expandam seus negócios no exterior na área de segurança energética existem há algum tempo. Sem prejuízo de iniciativas estabelecidas em outros governos,

foram localizados dois importantes programas de desenvolvimento econômico instituídos pelo governo do Partido dos Trabalhadores que incentivam, claramente, os empreendimentos ora mencionados: a Política de Desenvolvimento Produtivo e o Plano Brasil Maior. Contudo, dentre as limitações do presente artigo, ressalta-se a necessidade de aprofundar as análises no sentido de verificar a relação, direta ou indireta, entre a inserção das empresas brasileiras e as políticas domésticas de incentivo à internacionalização.

Por fim, vale ressaltar que as ações diplomáticas e os contextos institucionais na América Latina indicam um cenário favorável à inserção internacional das empresas brasileiras que atuam no setor energético. A existência de um ambiente institucional, a assinatura de diversos acordos internacionais de cooperação bilaterais e multilaterais na área de energia com países da região, e a promoção efetiva da integração regional em conjunto com os demais países revelam conveniências para o incremento de negócios no setor, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países do subcontinente. No entanto, seguindo a linha crítica das considerações feitas nos parágrafos anteriores, é preciso ampliar os estudos que permitam verificar em que medida a atuação da política externa brasileira na região tem relação, direta ou indireta, com a inserção das empresas brasileiras no mercado latino-americano de energia.

Referências

ALVES, Rodrigo Maschion (2011). “O investimento externo direto brasileiro: a América do Sul enquanto destino estratégico”. **Meridiano** 47, 12 (127): 25-35.

AVILA, Henrique de Azevedo (2013). **Fatores institucionais dos países hospedeiros e fatores da firma: influência nos investimentos diretos das multinacionais brasileiras**. Dissertação de Doutorado em Administração, apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (Orientadora: Profa. Dra. Angela da Rocha).

ANDRADE GUTIERREZ (2016). **O que fazemos**, publicado em [http://www.andradegutierrez.com/OQueFazemos.aspx#4767]. Disponibilidade: 18/05/2016.

_____. (2016a). **O que fazemos**, publicado em [http://www.andradegutierrez.com/OQueFazemos.aspx#3797]. Disponibilidade: 18/05/2016.

_____. (2016b). **O que fazemos**, publicado em [http://www.andradegutierrez.com/OQueFazemos.aspx#4048]. Disponibilidade: 18/05/2016.

_____. (2016c). **O que fazemos**, publicado em [http://www.andradegutierrez.com/OQueFazemos.aspx#3685]. Disponibilidade: 18/05/2016.

_____. (2016d). **O que fazemos**, publicado em [http://www.andradegutierrez.com/OQueFazemos.aspx#4053]. Disponibilidade: 18/05/2016.

_____. (2016e). **O que fazemos**, publicado em [http://www.andradegutierrez.com/OQueFazemos.aspx#4028]. Disponibilidade: 18/05/2016.

BIATO, Marcel; CASTRO, Nivalde J. de (2011). **Integração Regional na América do Sul e o Papel da Energia Elétrica**. Texto de Discussão do Setor Elétrico n.º 27. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos do Setor Elétrico – UFRJ.

BRASIL (2008). **Política de Desenvolvimento Produtivo** - Balanço de Atividades (12 de maio de 2008) - Relatório dos Programas para Consolidar e Expandir a Liderança – Petróleo, Gás Natural e Petroquímica. Brasília: MDIC, ABDI, publicado em [http://abdi.com.br/Relatorios%20de%20Programas/Agenda%20de%20a%C3%A7%C3%A3o%20original%20_PetroGas_com.pdf]. Disponibilidade: 16/05/2016.

_____. (2009a). **Política de Desenvolvimento Produtivo** - Balanço de Atividades (setembro/2009) - Relatório dos Programas para Consolidar e Expandir a Liderança - Bioetanol. Brasília: MDIC, ABDI, publicado em [http://abdi.com.br/Relatorios%20de%20Programas/Agenda%20de%20a%C3%A7%C3%A3o%20revisada_bioetanol_com.pdf]. Disponibilidade: 16/05/ 2016.

_____. (2009b). **Política de Desenvolvimento Produtivo** - Balanço de Atividades (setembro/2009) - Relatório dos Destaques Estratégicos: Projetos e Iniciativas Integração Produtiva da América Latina e Caribe, com foco inicial no Mercosul. Brasília: MDIC, ABDI, publicado em [http://abdi.com.br/Relatorios%20de%20Programas/Agenda%20de%20a%C3%A7%C3%A3o%20revisada_am%C3%A9rica%20latina_com.pdf]. Disponibilidade: 16/05/ 2016.

_____. (2010a). **Balanço de Política Externa 2003/2010** - Resumo Executivo. Brasília: MRE.

_____. (2010b). **Política de Desenvolvimento Produtivo** - Balanço de Atividades (2008/2010) - Relatório dos Programas para Consolidar e Expandir a Liderança. Brasília: MDIC, ABDI, publicado em [http://abdi.com.br/Relatorios/Lideran%C3%A7a_vers%C3%A3o%20final.pdf]. Disponibilidade: 16/05/ 2016.

_____. (2011). **Plano Brasil Maior** - Inovar para competir. Competir para crescer (Plano 2011-2014). Brasília: MDIC, publicado em [http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/wp-content/uploads/cartilha_brasilmaior.pdf]. Disponibilidade: 12/09/ 2015.

_____. (2015a). **Plano Decenal de Expansão de Energia 2024**. Brasília: MME/ EPE.

_____. (2015b). **Dilma e Mujica inauguram parque eólico no Uruguai que vai gerar valor para o Brasil**, publicado em Blog do Planalto – Presidência da República [<http://blog.planalto.gov.br/dilma-e-mujica-inauguram-parque-eolico-no-uruguai-que-vai-gerar-valor-para-o-brasil/>]. Disponibilidade; 20/10/2015.

BRASIL. MIDIC (2016). Publicado em [<http://www.desenvolvimento.gov.br/pdp/index.php/sitio/conteudo/conteudo/5/0/170>]. Disponibilidade: 18/12/2015.

BRASIL. MIDIC (2016a). Publicado em [http://abdi.com.br/Paginas/acoes_programa.aspx?tp=A%C3%A7%C3%B5es%20Sist%C3%A4micas&path=Programas-A%C3%A7%C3%B5es%20Sist%C3%A4micas]. Disponibilidade: 04/11/2015.

BRASIL. MIDIC (2016b). Publicado em [http://abdi.com.br/Paginas/detalhamento_programa.aspx?programa=Integra%C3%A7%C3%A3o

20Produti va%20com%20a%20Am%C3%A9rica%20Latina%20e%20Caribe&path=Programas-Destaques%20Estrat%C3%A9gicos-Integra%C3%A7%C3%A3o%20Produtiva%20com%20a%20Am%C3%A9rica%20Latina%20e%20Caribe]. Disponibilidade: 04/11/2015.

BRASIL. MRE (2016). **Sistema de Atos Internacionais**, publicado em [<http://dai-mre.serpro.gov.br>]. Disponibilidade: 18/12/2015.

BUENO, Gleici (2010). Inambari pode inaugurar integração energética entre Brasil e Peru. **Revista FURNAS**, XXXVI (375): 29-30.

CAMARGO CORRÊA (2016). **História**, publicado em [<http://www.camargocorrea.com.br/grupo-camargo-correa/grupo/historia/historia-1970-1979.html>]; http://www.construtoracamargocorrea.com.br/pt_BR/institucional/energia-324]. Disponibilidade: 18/05/2016.

_____. (2016a). **Construtora Camargo Correa vence licitação para construção da maior hidrelétrica da Colômbia**, publicado em [<http://www.camargocorrea.com.br/grupo-camargo-correa/comunicacao/noticias/construtora-camargo-correa-vence-licitacao-para-construcao-da-maior-hidreletrica-da-colombia.html>]. Disponibilidade: 18/05/2016.

_____. (2016b). **Etanolduto do estado de São Paulo tem primeira fase concluída**, publicado em [<http://www.camargocorrea.com.br/grupo-camargo-correa/comunicacao/noticias/etanolduto-do-estado-de-sao-paulo-tem-primeira-fase-concluida.html>]. Disponibilidade: 18/05/2016.

CASTRO, Nivalde José de (2010). **O Papel do Brasil no Processo de Integração do Setor Elétrico da América do Sul**. Texto de Discussão do Setor Elétrico n.º 23. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos do Setor Elétrico – UFRJ.

CASTRO, Nivalde José de; ROSENAL, Rubens; KLAGSBRUNN, Victor Hugo (2011). **Perspectivas e Desafios Econômicos e Políticos da Integração Energética na América do Sul e o papel das empresas estatais**. Texto de Discussão do Setor Elétrico n.º 27. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos do Setor Elétrico – UFRJ.

CNI - Confederação Nacional da Indústria (2013). **Relatório dos investimentos brasileiros no exterior 2013** - Recomendações de Políticas Públicas para o Brasil. Brasília: CNI.

ELETROBRAS (2014). **Eletrobras no Mundo**, 2 (4), abril, maio e junho, publicado em [<http://www.eletrobras.com/elb/main.asp?View={6C415599-C212-44B7-BC88-6A52C44E0DAA}&BrowserType=IE&LangID=pt-br>]. Disponibilidade: 19/09/2015.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL – FDC (2015). **Ranking FDC das multinacionais brasileiras 2015**: A capacidade de adaptação cultural das empresas brasileiras no mundo. Nova Lima: Fundação Dom Cabral.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. (2010). **Investimento direto e internacionalização de empresas brasileiras no período recente**. Livro 3, volume 2 – Inserção Internacional Brasileira: temas de economia internacional. Brasília: Ipea.

IIRSA (2016). **El Camino a La Integración Física de América del Sur**, publicado em [<http://www.iirsa.org>]. Disponibilidade: 15/10/2015.

LOHBAUER, Christian (2010). Atuação de empresas brasileiras nos países vizinhos: construindo infraestrutura ou consolidando a dependência?. **Cadernos Adenauer**, XI (4): 115-124.

MATTOS, César (2013). **Análise do Plano Brasil Maior** (Nota Técnica). Brasília: Câmara dos Deputados, publicado em [http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema10/2013_7665_versao%20para%20publicacao.pdf]. Disponibilidade: 12/08/ 2014.

ODEBRECHT (2014). **Odebrecht informa**. Salvador, Edição 173, jul/ago, publicado em [http://www.odebrechtonline.com.br/edicaoonline/2014/09/02/o-idioma-das-realizacoes/]. Disponibilidade: 18/05/ 2016.

_____. (2016). **Odebrecht Engenharia & Construção Internacional – Infraestrutura**, publicado em [http://odebrecht.com/pt-br/negocios/nossos-negocios/odebrecht-engenharia-construcao-internacional-infraestrutura]. Disponibilidade: 18/05/2016.

_____. (2016a). **Odebrecht Óleo e Gás**, publicado em [http://odebrecht.com/pt-br/negocios/nossos-negocios/oleo-e-gas]. Disponibilidade: 18/05/2016.

_____. (2016b). **O que fazemos**, publicado em [http://www.andradegutierrez.com/OQueFazemos.aspx#4767]. Disponibilidade: 18/05/2016.

PAIVA, Iure (2015). **As dimensões militares, ambientais e econômicas da segurança energética**: análise a partir dos desafios e oportunidades do Brasil no contexto internacional. Dissertação de Doutorado em Ciência Política, apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (Orientador: Prof. Dr. Paulo César Souza Manduca).

PETROBRAS (2016). **Petrobras Global**, publicado em [http://www.petrobras.com/pt/quem-somos/presenca-global/]. Disponibilidade: 18/05/2016.

QUEIROZ GALVÃO (2015). **Atuação internacional**, publicado em [http://portal.queirozgalvao.com/web/grupo/atuacao-internacional]. Disponibilidade: 15/10/2015.

REIS, Reginaldo Gomes Garcia dos (2011). Atlântico Sul: um desafio para o século XXI – as velhas ameaças se perpetuam nas novas?. In ACIOLY, L. & MORAES, R.F. de (Orgs). **Prospectiva, estratégias e cenários globais**: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia. Brasília: Ipea, 61-82.

SANTOS, Thauan (2014). **Integração Energética da América do Sul**: desdobramentos do desenvolvimento institucional. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Orientadora: Profa. Dra. Leticia de Abreu Pinheiro)..

SOUZA, Angelita Matos (2011). Desenvolvimento, expansionismo e integração regional, 11/2011, In **II Conferência do Desenvolvimento (CODE-IPEA)**,. 1:1-19, Brasília, DF, Brasil.

_____. (2012). “Expansionismo brasileiro e subimperialismo”. **Boletim Meridiano 47**, 13 (130): . 8 - 13.

UNASUL (2016), publicado em UNASUR, [http://unasursg.org/]. Disponibilidade: 18/12/2015.

VIANNA, Candice Sakamoto Souza (2010). **Investimentos Diretos Brasileiros no Exterior em Cenário de Risco Político: Evolução Recente e Impactos na Política Externa.** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, apresentada ao Instituto Rio Branco – MRE (Orientador: Prof. Dr. José Gilberto Scandiucci Filho).

VILAS-BÔAS, Júlia Covre (2014). **A presença de empresas brasileiras na África: incentivos, atrativos e motivações.** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (Orientador: Prof. Dr. Pio Penna Filho).